

A BIBLIGRAFIA MARXISTA DE MATRIZ COMUNISTA DO CANGAÇO E A TESE DA SINGULARIDADE BRASILEIRA

The marxist bibliography of the communist of cangaço and the brazilian singularity thesis

Felipe Trindade de **SOUZA**
Universidade Federal de Sergipe (UFS), Florianópolis, Brasil
piatrindade@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-8902-3270>

Mais informações da obra no final do artigo 

RESUMO

O presente artigo objetiva debater a bibliografia marxista de matriz comunista do cangaço dentro da tese da singularidade brasileira. Buscando identificar como determinadas “imagens” da realidade social brasileira foram utilizadas pelos trabalhos para explicar o cangaço. Posições que, conseqüentemente, reafirmam proposições singulares e podem ter implicado em considerações etnocêntricas. Além disso, através deste artigo será possível demonstrar como o Partido Comunista do Brasil exerceu influência na produção de teses sobre o cangaço. Ideias que, em sentido amplo, geraram objeções de um conjunto de trabalhos que também foram influenciados pelo marxismo.

PALAVRAS-CHAVE: Cangaço. Marxismo de matriz comunista. Tese da singularidade brasileira.

ABSTRACT

This article aims to discuss the the marxist bibliograpy of the communist of cangaço within the brazilian singularity thesis. Seek to identify how “images” of brazilian social reality are used by studies to explain cangaço. Positions that, consequently, reaffirms singular propositions and may have involved ethnocentric considerations. In addition, through this article it will be possible to demonstrate how the Communist Party of Brazil influenced the production of theses on cangaço. Ideas that, in a broad sense, raised objections from a set of works that were also influenced by marxism.

KEYWORDS: Cangaço. Communist matrix marxist. Brazilian singularity thesis.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo examina a bibliografia do cangaço de tendência marxista de matriz comunista¹ dentro do debate da tese da singularidade brasileira. Isto é, concentra-se nos trabalhos que aplicaram os princípios teórico metodológicos difundidos pelo Partido Comunista na compreensão do cangaço. Entretanto, diferentemente de outros exames, não se pretende analisar a validade das abordagens no entendimento do cangaço. Mas evidenciar como elas podem ter reproduzido uma ideia de que a sociedade brasileira – em específico, a sociedade do sertão nordestino – é diferente do centro da modernidade. E conseqüentemente terem engendrado posições etnocêntricas. Assim, buscou-se relacionar as abordagens marxistas de matriz comunista do cangaço com a sociologia brasileira. Ademais, vale assinalar que para o exame bibliográfico não se buscou abarcar todas as pesquisas já realizadas, tal tarefa se tornaria impossível, propõe-se apenas expor os trabalhos de maior circulação.

Ao longo do artigo procurou-se identificar as influências teórico metodológicas dos estudos, demonstrando como determinados “contextos intelectuais” auxiliaram “formas de pensar” na interpretação do cangaço. Com isso, no tratamento da bibliografia buscou-se também identificar como algumas “imagens” da realidade social podem ter sido utilizadas para reafirmar as proposições da singularidade brasileira. Essas “imagens” perpassaram outras abordagens interpretativas do cangaço e também estão presentes em célebres obras de análise do Brasil. Um exemplo de “imagem” comum, como será demonstrado, é os trabalhos que costumam taxar a experiência societal do sertão nordestino como um padrão distinto do imaginário da modernidade. Considerando o sertão um lugar “atrasado”. Comparação essa que em última análise é uma analogia entre o sertão e o “centro” da modernidade.

Desse modo, este artigo estruturou-se da seguinte maneira. A princípio, apresentou-se as considerações das diversas obras, revelando sempre que possível as influências teóricas, metodológicas e os “contextos intelectuais”. Em seguida, as considerações dessa literatura serão confrontadas com o debate da singularidade brasileira. Buscando avaliar, em específico, suas implicações na análise da realidade social do Nordeste brasileiro.

¹ A expressão “marxismo de matriz comunista” foi cunhada por Gildo Marçal Brandão (1995) para caracterizar a produção intelectual praticada por integrantes ou simpáticos as teses do Partido Comunista.

2 O CANGACEIRO COMO UM REVOLTADO

O pensamento político social brasileiro do século XIX e das três primeiras décadas do século seguinte foi exercido majoritariamente por médicos e juristas. Durante esse período a maioria dos intelectuais foram fortemente influenciados por uma série de teorias deterministas evolucionistas produzidas na Europa e nos Estados Unidos. Calcados nos princípios do evolucionismo, médicos e juristas utilizaram a raça como chave explicativa da sociedade brasileira. Contudo, a partir da década de 1930 esse cenário começou a se modificar por conta da emergência dos cursos de ensino superior de sociologia. Ademais, obras como as de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior auxiliaram no sepultamento das teorias raciais, substituindo os elementos biológicos por fatores sócio, político, econômico e culturais como variáveis explicativas do comportamento humano.

É nesse contexto de renovação de teorias e métodos que o marxismo chega ao Brasil. Grosso modo, até a década de 1950, ele só existia no PCB e em áreas assemelhadas, ou, ainda, como referência filosófica de pessoas opostas as ideias da oligarquia brasileira e/ou impressionados com a resistência soviética na segunda guerra (SCHWARZ, 1999, p. 90). No PCB, em particular, a ação cultural não se restringiu em divulgar criticamente ideias, mas produzir inovações intelectuais, gerando um marxismo de matriz comunista. As concepções divulgadas pelo partido exerceram profunda influência ideológica e política em muitos intelectuais, resultando em um prestígio maior do que a expressão partidária, sindical e eleitoral (BRANDÃO, 1995, p. 184-186). Essa ação também se refletiu nos estudos do cangaço.

Em 1937, o cearense Djacir Menezes publica *O outro Nordeste*, trabalho que se distancia do darwinismo social ainda em voga e adota uma perspectiva materialista. Seu objetivo é examinar a “evolução social” do sertão pastoril nordestino através de aspectos políticos econômicos. Nesse sentido, ao propor explicações calcadas numa “evolução social”, priorizando aspectos políticos, firma-se, em maior ou menor grau, nos traços herdados dos trabalhos deterministas (CANDIDO, 2006, p. 278). Percebe-se, assim, que os estudos deterministas deixaram algumas características em intelectuais que romperam com seus métodos e teorias.

Voltemos a obra, nela, Menezes (1937) afirma que o sertão possuía um aparelho estatal “incipiente”, “frágil”, “deficiente” e cooptado por oligarquias que agiam de acordo com

seus próprios interesses, constituindo o que denomina de “governos domésticos”. A organização produtiva, por sua vez, era dominada pela pecuária, que ocupava extensas terras e empregava um número reduzido de pessoas. Essa atividade até produziu riquezas, mas não propiciou qualquer modernização ou alternativas econômicas industriais. Em decorrência desse ambiente político econômico ocorreram diversos episódios de contestação da ordem; o cangaço, por exemplo, foi uma dessas manifestações. Logo, para o autor, o cangaço era uma forma de contestação política “imatura”, uma “reação do oprimido contra o opressor”, isto é, do cangaceiro em oposição ao “coronel”. Nesse embate, os líderes do cangaço obtinham simpatia e proteção do povo.

Menezes (1937) possui conclusões similares a de Caio Prado Júnior em “Evolução política do Brasil”, publicado quatro anos antes. Para Caio Prado, só era possível entender o Brasil a luz do capitalismo internacional. Menezes (1937), por sua vez, também entendia que o mesmo se aplicava ao Nordeste pastoril. Além dessa influência, Menezes (1937) defende ideias sobre o cangaço que se assemelhavam a um conjunto de documentos produzidos pelo Partido Comunista do Brasil nos primeiros anos de 1930. Em 1931, membros do partido elaboraram um documento que afirmava que os cangaceiros eram opositores ao latifúndio. Já o Comitê da Internacional Comunista sustentava que os cangaceiros possuíam um potencial revolucionário e, por isso, deveriam ser aproveitados pelo partido (PERICÁS, 2010, p. 152-153).

Anos depois, em 1963, o jornalista Rui Facó publicou “Cangaceiros e fanáticos”. Aqui não há dúvidas a respeito da influência do partido, Facó era filiado ao PCB e exerceu profunda militância política. No livro, o autor investiga os aspectos que possibilitaram o surgimento do cangaço. Para ele, o cangaço foi uma forma de reação, embora “inconsciente”, a injusta estrutura social do sertão nordestino. A revolta dos cangaceiros seria, assim, contra o grande latifúndio. Por essa razão, seu surgimento deveria ser entendido como resultado de fatores econômicos, de um “retardamento nacional” e de um passado “atrasado” economicamente, consequência da monopolização da terra na mão de poucos. Monopólio iniciado na Colônia e que dificultou a inserção da tecnologia no sertão nordestino, contribuindo para o isolamento da região por quatro séculos, o que levou a um “atraso cultural”, marcado por um analfabetismo generalizado dos sertanejos. Com efeito, Rui Facó implicitamente reproduz uma “imagem” comum na literatura do cangaço e de alguns dos “intérpretes do Brasil”, a de que o sertão nordestino era mais “atrasado” do que o litoral. A título de exemplo, essa “imagem” já estava presente na literatura do cangaço na biografia “Lampião”, de Ranulfo Prata, de 1934. Nela, ele afirma que “um fosso de

profundeza de abismo cavou-se entre nós [do sertão] e o litoral, fazendo-nos retardatários da marcha civilizadora em que vai o Brasil” (p. 17-18)².

Para Facó (1963), as secas também eram outro importante fator para o surgimento do cangaço. Elas provocaram migrações em massa no final do século XIX, subtraindo mão de obra das grandes propriedades e mostrando que o sertanejo poderia livrar-se das amarras do latifundiário. As secas provocavam aumento da fome e da miséria, o que levava a formação de grupos de cangaceiros.

Em 1969, o historiador inglês Eric Hobsbawm analisou os cangaceiros sob a ótica do bandido social, em “Bandidos”. Na obra, há influências do “marxismo de matriz comunista” do PCB. O conceito de bandido social, porém, tem suas bases em uma obra anterior do historiador, “Rebeldes Primitivos”. Nesse último estudo, Hobsbawm examina o que denomina de formas arcaicas de movimentos sociais, ocorridas entre os séculos XIX e XX. A maior parte deles concentravam-se na Europa ocidental e meridional, especialmente na Itália. O autor classifica esses movimentos sociais em cinco categorias, a primeira é a que interessa aqui, a dos bandidos sociais³. Todos bandidos sociais localizavam-se no mundo rural e suas práticas criminosas são entendidas como uma revolta a pobreza e a injustiça social. Seus integrantes são considerados pessoas iletradas, que não conseguiam expressar suas aspirações e necessidades com palavras, mas, que decidiam enfrentar, ao seu modo, as injustiças sociais e a opressão daqueles que são vítimas. E, por se tratar de sujeitos “pré-políticos”, não possuíam ideais políticos definidos. Logo, pode-se afirmar que os bandidos sociais enfrentavam na prática e não discursivamente as injustiças sociais. Mediante essas considerações, percebe-se que o arquétipo dos bandidos sociais é Robin Hood, o ladrão que rouba dos ricos e distribui a pilhagem entre os mais pobres. Embora, Hobsbawm considera que nem todos bandidos sociais seguiram essa dinâmica de solidariedade.

Elucidado as bases para o conceito de bandido social em “Rebeldes Primitivos”, voltemos a “Bandidos”. Nesse último, o esforço de Hobsbawm é refinar sua teoria e aumentar o escopo analítico, assim, decidiu incluir os cangaceiros. Para o historiador inglês, o bandido social era incapaz de se apossar da colheita dos pobres camponeses, porém não hesitaria em tomar para si a do grande latifundiário ou do Estado. Frequentemente, os

² Antes disso, Euclides da Cunha em “Os sertões” defendeu a ideia de que havia dois Brasis, o do litoral (moderno e civilizado) e o do sertão (atrasado e bárbaro).

³ Além dos bandidos sociais, Hobsbawm (1978) aborda as sociedades secretas rurais, os movimentos camponeses milenários, os motins urbanos pré-industriais e seitas religiosas trabalhistas.

bandidos sociais eram vistos como heróis por algumas camadas da sociedade camponesa. Por isso, adquiriam reconhecimento e obtinham cooperação por parte da população, fato que o diferenciava do simples delinquente. Desse modo, os cangaceiros são levados a cometer delitos porque estão à margem da sociedade rural. Assim, a dominação do coronel para com o sertanejo, as secas e agitações sociais levaram Lampião e seu bando a viver pelas armas. Aspectos esses que forjaram não apenas o caráter revolucionário, mas, sobretudo, a indignação capaz de tornar o cangaceiro insurgente ao coronelismo (HOBBSAWM, 2001)⁴.

A historiadora Maria Christina da Matta Machado também replicou ideias similares a de Hobsbawm (2001). Diferentemente do historiador inglês, realizou trabalho de campo, entrevistando ex-cangaceiros e ex-soldados das volantes. Suas conclusões foram publicadas no trabalho póstumo “Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro”⁵. Para ela, o cangaço foi uma resposta a violência do coronel. Visto que, o coronel ao arbitrar contendas ou disputas entre famílias cometia injustiças e engendrava o revide. No contexto dos conflitos que envolviam o coronel, era frequente que este cometesse abusos e que isso gerasse revoltas de diversas formas. Entre essas estava o cangaço, que surgia quando o sertanejo revoltado com as injustiças praticadas pelo coronel passava a buscar vingança dentro de um bando. Neste sentido, Lampião era o “flagelo dos coronéis” e o “anjo da guarda dos pobres”.

As conclusões de Maria Christina (1973-74) são semelhantes às de Rui Facó (1965). Mas, ela discordava que as secas contribuíssem para o surgimento do cangaço. Para a autora, a seca não gerava o cangaço, mas, intensificava os “conflitos de classe”. Defendendo que as secas agravavam a miséria dos mais pobres, fazendo com que família inteiras perdessem as mínimas condições de vida. Ocasionalmente, até levou alguns sertanejos a praticar pequenos delitos, como saquear armazéns nas zonas urbanas do sertão. Ou seja, não se configuravam como uma “violência consciente” do sertanejo, constituiu um gesto desesperado de sobrevivência.

⁴ Após esses dois livros de Hobsbawm, vários trabalhos – que circulam principalmente fora do ambiente acadêmico – replicaram a tese do bandido social ou alguma variação do tipo na interpretação das ações dos cangaceiros. Um exemplo é o livro “De Virgolino a Lampião”, de Antônio Amaury e Vera Ferreira, neta de Lampião. A obra não utiliza o conceito de bandido social, mas o argumento é semelhante. Ressaltam a revolta dos cangaceiros para com o latifúndio e enaltecem os atos de caridade dos primeiros.

⁵ Publicado em cinco partes na Revista de História de São Paulo, entre 1973 e 1974. Essa série de textos constituiria os capítulos da tese de doutorado de Maria Christina, que deveria ser apresentada na USP.

2.1 O debate da singularidade brasileira nos estudos do cangaço de tendência marxista

Sérgio Tavolaro (2014) ao analisar as obras de “interpretação do Brasil” percebeu um conjunto de características comuns entre elas. Segundo ele, desde o século XIX alguns traços dessas obras ressaltavam a distinção do Brasil frente aos países considerados “centrais” na experiência moderna. De modo semelhante, podemos afirmar que um dos predicados percebidos por Tavolaro (2014) nos “intérpretes do Brasil” se fazem presentes, em maior ou menor grau, nos estudos do marxismo de matriz comunista aqui analisado.

Há uma percepção de que a sociedade brasileira é indiferenciada, ou seja, aquém dos níveis de complexificação e diversificação do “núcleo moderno”. Além disso, apresenta um aparato político administrativo imaturo e claudicante em suas atribuições. Paralelamente, prevalece a imagem de uma sociedade “politicamente débil”, incapaz de estruturar relações de sociabilidade alternativa as esferas políticas e econômicas. Impossibilitando, assim, o papel de agencia dos indivíduos frente ao Estado e a economia (TAVOLARO, 2014, p. 642-643). A literatura do cangaço modifica o entendimento de que as características da singularidade brasileira se manifestavam em todo Brasil, para os trabalhos, a presença dos elementos ocorre no sertão nordestino. O litoral, por vezes, apresenta-se como o “centro” da modernidade no Brasil.

Não raro, os estudos do cangaço de tendência marxista de matriz comunista incidem em equívocos etnocêntricos. Djacir Menezes (1937, p. 66) defende que o sertão nordestino tinha “algo de feudal” ao notar a ausência de trabalho assalariado e o predomínio de troca de favores e serviços. Facó (1965, p. 46) taxa o latifúndio nordestino como “semifeudal”. Maria Christina (1973-I, p. 147) ao descrever o poder político das oligarquias declara que elas, para se manter no poder, recorriam a forças irregulares próprias, compostas por um banditismo “semifeudal”. Já Hobsbawm (2001) alega que a sociedade sertaneja era incapaz de organizar-se politicamente e que, conseqüentemente, os cangaceiros eram sujeitos “pré-políticos”⁶.

Por conta dessas tentativas de aplicação mecânica dos modelos de desenvolvimento socioeconômico da Europa no Brasil – como esses do marxismo de matriz comunista –,

⁶ Porém, como pondera João José Reis e Eduardo Silva (1989), não se trata de ser “pré” ou “pós”, mas de diferente. Haja vista que os homens provenientes de sociedades “pré-industriais” e “pré-capitalistas” faziam política que podiam fazer de acordo com os recursos que tinham, com a sociedade em que viviam e as limitações estruturais que enfrentavam (p. 99).

Michael Löwy afirma que essa tendência eurocêntrica “devastou” o marxismo latino americano (Apud GONÇALVES, BRITO, 2017, p. 55).

Como defende Tavolaro (2014), essas posições acabam salientando a visão de que a sociedade brasileira é singular⁷. Ou, como pontuam Oliveira e Petrarca (2017), essas abordagens aceitam tacitamente a universalidade do modelo ocidental, estabelecendo relações assimétricas entre as sociedades com base na existência ou inexistência de traços considerados essenciais da experiência histórica dos “países dominantes” (p. 199). Contribuindo para uma visão negativa das experiências societais “periféricas”, não auxiliando na compreensão dos significados e lógicas das ações dos nativos. Por isso, atualmente, alguns trabalhos se opõem a essas abordagens, defendendo que elas contribuem para uma “exotização” do Brasil. Apesar de que na década de 1950 tal crítica já havia sido formulada por Guerreiro Ramos (1957). Em sua crítica a sociologia brasileira, Ramos rejeitou a assimilação passiva do “patrimônio científico estrangeiro” para que o pesquisador brasileiro não cometesse o “defeito” da alienação. Evitando, assim, que o sociólogo brasileiro interpretasse os fenômenos nacionais com os “olhos” do pesquisador estrangeiro.

Essa consciência de pensar a experiência histórica e sociológica brasileira com a “própria cabeça”, sem submissão as construções modulares consagradas, inspirou alguns jovens uspianos no final da década de 1950 na condução dos estudos de Marx. Esse direcionamento fez com que se passasse a articular a “peculiaridade” sociológica e política do Brasil a história do capital, dialetizando o “local” com a experiência europeia para a compreensão da realidade nacional. A tese de doutorado de Fernando Henrique Cardoso, a título de exemplo, indicava o relacionamento entre o capitalismo e a escravidão na região sul do país. Demonstrando que a escravidão podia ter parte com o “progresso” e que esses vínculos não configuraram um episódio “residual”. Algo que contrariava os progressismos em voga – principalmente da “política científica” do Partido Comunista, que defendia a ideia de etapas históricas obrigatórias⁸. O trabalho de Fernando Henrique também não deixou de aplicar categorias europeias, incluindo marxistas, ao Brasil, mas evidenciava que elas operavam de modo diferente aqui (SCHWARZ, 1999, p. 93-96).

⁷ Neste caso, a ideia de que o sertão era distinto dos “contextos modelares modernos”.

⁸ Como aponta Roberto Schwarz (1999, p. 94), esse caminho já havia sido apontado por Caio Prado Júnior, que na esteira de Marx explicava a escravidão colonial como um fenômeno moderno, ligado a expansão comercial europeia, algo estranho as “etapas canônicas”.

Dessa forma não se reivindica aqui que para compreensão do cangaço é necessário um modelo teórico metodológico especial, ou uma “sociologia autêntica”, como defende Guerreiro Ramos (1957). A busca do que é autêntico reafirma o contraste com o “centro”, confirmando a posição modelar deste último (TAVOLARO, 2014, p. 660-661). Ou seja, ao recorrer a um localismo mental pode-se produzir uma exotização as avessas. É mais apropriado adotar uma “atitude reflexiva” frente as teorias e metodologias em uso. Distanciando-se de propostas que utilizam conceitos de modo normativo, aplicando-os idealmente e, desse modo, impondo um valor universal que deve ser seguido por todas as sociedades (OLIVEIRA, 2013; 2015).

3 CONCLUSÃO

Como apontou Gonçalves e Brito (2017, p. 55), a produção teórica no Brasil sempre passou pelo dilema da “importação” ou produção “original” de suas próprias ideias. Questão diretamente relacionada a posição periférica do país na dinâmica do capital. Impasse que aparentemente passou despercebido pelos intelectuais filiados ao marxismo de matriz comunista, pelo menos nos estudos do cangaço. Tal posição consistia em uma transposição da teoria de maneira mecânica. Algo que gerava críticas dos jovens uspianos que eram estudantes do marxismo no final da década de 1950. Segundo Roberto Schwarz (1999, p. 90), um dos membros do grupo, o marxismo produzido pelo Partido Comunista era “dogmático” e sem contato efetivo com a realidade social do país. Por isso, como foi demonstrado, vez ou outra os estudos do cangaço abordados aqui caíam numa armadilha etnocêntrica. Empregando categorias que não se aplicavam com propriedade a realidade social do sertão nordestino. E também exotizando-o. Além de desenvolverem uma ideia de que os cangaceiros não eram atores da sua própria história. Tipificando-os como indivíduos imaturos e irrefletidos, que eram incapazes de tomar suas próprias decisões.

Com isso, o debate realizado aqui, além de evidenciar aspectos da história das ideias marxistas no Brasil, também se propôs a refletir de maneira indireta os problemas e dilemas que porventura estejam em outros campos de estudos da sociologia brasileira. Objetivando, assim, evitar os equívocos cometidos pelo conjunto de trabalhos do marxismo de matriz comunista tratados neste artigo.



REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Gildo Marçal. O partido comunista como “esquerda positiva”. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, n. 35. p. 183-201, 1995.

CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. **Tempo social**, Revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1. p. 271-301, 2006.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**: gênese e lutas. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

FERREIRA, Vera; AMAURY, Antônio. **De Virgolino a Lampião**. 2° ed. Aracaju, 2009.

GONÇALVES, Rodrigo Santaella; BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. “Nacionalização” do marxismo: os casos do Seminário d'O Capital e do grupo Comuma. **Revista Outubro**, n. 28, 2017.

HOBSBAWM, Eric. **Rebeldes Primitivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Bandidos**. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.

MACHADO, Maria Christina Russi da Matta. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (I). **Revista de História**, n. 93, São Paulo, p. 139-175, 1973.

_____. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (II). **Revista de História**, n. 95, São Paulo, p. 177-212, 1973.

_____. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (III). **Revista de História**, n. 96, São Paulo, p. 473-489, 1973.

_____. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (IV). **Revista de História**, n. 97, São Paulo, 1974, p. 161-200, 1974.

_____. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (V). **Revista de História**, n. 99, São Paulo, 1974, p. 145-174, 1974.

MENESES, Djacir. **O outro Nordeste**: formação social do Nordeste. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1937.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. “A Arte de Resistir às Palavras”: inserção social, engajamento político e militância múltipla. Em: GRILL, I. G., SEIDL, E. **A Política como Objeto de Estudo das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 141-178.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Antropologia, política e etnografia: fronteiras disciplinares e trabalho de campo. Cap. 7. *In*: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (Orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 187-214.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de; PETRARCA, Fernanda Rios. Parentelas, grupos dirigentes e alianças políticas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 16, n. 37, p. 191-224, 2017.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PRATA, Ranulfo. **Lampião**. Natal: Sebo Vermelho, 2010 [1934].

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Andes, 1957.

SCHWARZ, Roberto Schwarz. Um seminário de Marx. *In*: **Sequências brasileiras**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. O levante dos malês: uma interpretação política. *In*: **Negociação e conflito**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

TAVOLARO, Sérgio B. F. A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 633-673, 2014.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

Descobrimo a legalidade neoliberal: a reconfiguração do Estado de Direito segundo Hayek

Felipe Trindade de Souza

Mestre em Sociologia

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Sociologia, Sergipe, Brasil

piatrindade@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-8902-3270>

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 02 de junho de 2020

Aprovado em: 18 de agosto de 2020

